

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Cravinhos

FORO DE CRAVINHOS

1ª VARA

Avenida Fagundes, 29, ., Centro - CEP 14140-000, Fone: (16) 3951-2628, Cravinhos-SP - E-mail: cravinhos@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**DECISÃO**

Processo Digital nº: **1001633-89.2022.8.26.0153**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Paulo Cesar de Alexandre**
 Requerido: **Banco C6 Consignado S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). LUANA IVETTE ODDONE CHAHIM ZULIANI

Vistos.

Diante do teor do acórdão de fls. 362/365, far-se-á necessário a a realização da prova pericial grafotécnica para esclarecer os fatos.

Para realização de perícia, nomeio perito **Sr. Aleksandro de Carvalho** (aleksandro.eng@gmail.com), estimando seus honorários em 01 salário mínimo, que, invertendo-se o ônus da prova (artigo 6. do CDC), deverá ser pago pelo(s) requerido(s), devendo depositá-los em conta judicial nominal ao juízo em 10 dias. Intime-se o Sr. Perito do mister.

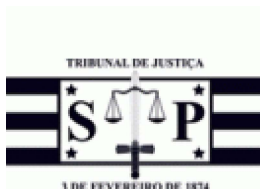
Além disso, pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial n. 1.846.649/MA, processo-paradigma do **Tema n. 1061 – Banco – Empréstimo – Consignado – Ônus – Prova – Falsidade – Assinatura**, fixou-se a seguinte tese: "*Na hipótese em que o consumidor/autor impugnar a autenticidade da assinatura constante em contrato bancário juntado ao processo pela instituição financeira, caberá a esta o ônus de provar a autenticidade (CPC, arts. 6º, 369 e 429, II)*".

Defiro às partes a indicação de assistente técnico e formulação de quesitos em cinco (05) dias.

NO ATO DE ACEITE DOS TRABALHOS DEVERÁ O PERITO INFORMAR SE POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA NO CONTRATO E DOCUMENTOS DE FLS.82/86 DIGITALIZADOS NOS AUTOS.

CASO INVIABILIZADO, INTIME-SE O REQUERIDO A PROVIDENCIAR A ENTREGA JUNTO AO CARTÓRIO DESTA VARA JUDICIAL O DOCUMENTO ORIGINAL DE FLS. 136.

Considerando que os setores administrativos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ainda não estão interligados pelo Sistema SAJ, não dispondo de meio mais eficiente


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Cravinhos
FORO DE CRAVINHOS
1ª VARA

Avenida Fagundes, 29, ., Centro - CEP 14140-000, Fone: (16) 3951-2628,
Cravinhos-SP - E-mail: cravinhos@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

para a citação e intimação via portal, com imediata informação no processo, admitindo-se, **excepcionalmente**, o uso do e-mail como meio de comunicação eletrônica, nos termos das NSCGJ, **determino** que os atos de comunicação processual, citações ou intimações aos auxiliares da justiça sejam realizados no endereço eletrônico indicado no momento do cadastro, observado o disposto no art. 5º da Lei 11.419/06 quanto à contagem do prazo, que será em dias corridos.

Prazo para realização dos trabalhos: 30 dias, devendo, inclusive responder a eventuais quesitos apresentados nos autos pelas partes.

Nos termos do artigo 1.262, das NSCGJSP, “os laudos e manifestações dos peritos e demais auxiliares da justiça que atuem em processos eletrônicos serão apresentados em arquivo eletrônico no formato PDF, por meio de peticionamento eletrônico diretamente no Portal e-SAJ, mediante a utilização de certificado digital. O perito ou auxiliar da justiça, ao inserir o documento, providenciará a devida classificação e vinculação do documento em PDF ao processo eletrônico. O Ofício de Justiça poderá corrigir a organização dos documentos digitalizados e anexados, de forma a facilitar o exame dos autos eletrônicos. A entrega dos laudos na forma prevista neste artigo dar-se-á sem prejuízo de outros meios que vierem a ser criados, como portais próprios”.

Entregue o laudo, digam as partes no prazo **(15) dias**, e não havendo divergência quando ao laudo, requisite-se os honorários do perito e conclusos.

Int.

Cravinhos, 30 de maio de 2024.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
DO FORO DE CRAVINHOS- SP

Nº do Proc: 1001633-89.2022.8.26.0153

Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral

RTE.: Paulo Cesar de Alexandre

RDO.: Banco C6 Consignado S/A

ALEKSANDRO DE CARVALHO, Engenheiro Civil, brasileiro, casado, portador do RG 40.067.088-4, CPF 422.040.668-93, CREA: 5070655353, Perito Judicial nomeado nos autos da ação cível em epígrafe, tendo realizados todos os exames necessários para o bom desempenho de seu encargo, vem, perante Vossa Excelência, apresentar o resultado de seus trabalhos através do presente que segue digitalizado.

LAUDO TÉCNICO PERICIAL GRAGOSCÓPICO

Nestes termos, Pede deferimento

ENG. ALEKSANDRO DE CARVALHO
Perito Judicial

LAUDO PERICIAL GRAFOSCÓPICO

Nº Proc.:

1001633-89.2022.8.26.0153

Partes:

Paulo Cesar de Alexandre

Banco C6 Consignado S/A

OBJETO DE EXAME

- Peças padrões: RG fl. 18, Procuração fls. 19, Declaração de Hipossuficiência fl20 e CNH fl 86
- Peças questionadas: Contratos fl 82/85

FINALIDADE DA PERÍCIA

A presente perícia tem por finalidade a investigação técnico científica da autenticidade da grafia questionada

EQUIPAMENTO UTILIZADO

- Microscópios e lupas binoculares com ampliação de 30 a 80 vezes com lentes convergentes e iluminação inversamente dirigida;
- Microscópio digital com ampliação de 100 a 300 X;
- Lupas modelo LP – 600 com, iluminação halógena circular incidente com hastes robotizadas que permitem estabilidade do foco de melhor resolução;
- Lupas binoculares com platô de ampliação de grande espectro e importante ampliação;
- Scanners de alta sensibilidade 1.200 X 4.800 DPI com superior 48-bit hardware;
- Máquinas fotográficas digitais com recursos de 03 a 15 x de zoom ótico, 12 MP, funções macro, night shot, -"ISO" de altíssima sensibilidade – equivalente a -"ASA 3.000" – entre outras;
- Iluminação rasante dirigida – fibra ótica, incidente, emergente;
 - Radiação ultravioleta;
 - Softwares de ultima geração;

METODOLOGIA EMPREGADA

- Inspeção ocular das peças questionadas para apreciação de seu estado físico com o escopo de encontrar eventuais indícios de fraudes grafotécnicas.
- Minuciosos exames dos gestos gráficos dos documentos examinados a título de padrões e daqueles questionados, objetivando identificação de punho escritor, para individualização de particularidades mais intrínsecas.
- Reiterados cotejos e trescotejos entre os gestos gráficos encontrados nos documentos objeto da perícia para determinação de convergências e divergências setoriais, trajetórias de punhos, inclinações axiais e alinhamentos gráficos, espaçamentos, relações interlineares e calibre.
- Execução de fotografias ilustrativas de alta resolução e digitalização de imagens, através de equipamento especializado.
- Coordenação de todos os dados técnicos apurados e sua tradução em linguagem simplificada própria ao fim que se destina.
- Final redação do apurado durante os trabalhos.

CONSIDERAÇÕES

a-) A matéria de que trata este laudo é complexa, a apuração de autenticidade ou não da grafia dos documentos questionados devem obedecer certa ordem;

b-) A princípio em sua análise, o *expert* deve levar em consideração todos os fatores que envolvem a confecção do documento, tipos de instrumentos utilizados e a disposição da assinatura no papel suporte;

c-) A sobreposição de gestos gráficos ou a presença de -debuxo||¹ (foulage) deixou de ser objeto de busca do perito no trabalho em questão, vez que este Perito não teve acesso ao original das peças motivo. Todavia, tal ausência em nada prejudica a presente perícia.

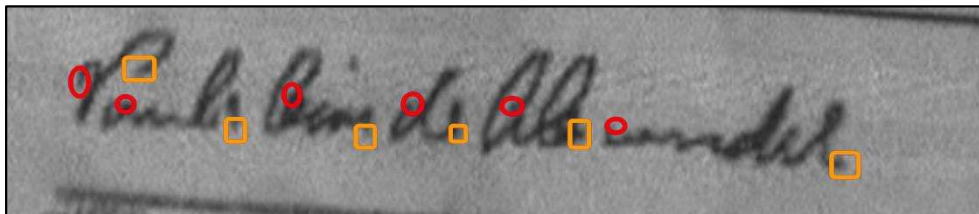
d-) Sendo Mister do Perito do Juízo a busca da verdade, pelas mais variadas formas, realizou-se um estudo esmiuçado de cada documento, com digitalização dos tópicos de interesse, detalhamento de peculiaridades encontradas, bem como divergências e convergências na sua totalidade.

Seguem análises individualizadas de cada documento, e análises comparadas setoriais dos documentos entre si, com digitalização de recortes de tópicos de mesma ordem, seguidas de análises comparadas descritivas, com conclusões parciais:

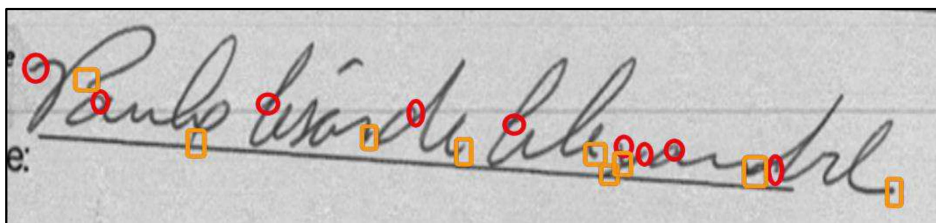
¹ Marca impressa em relevo no papel posposto, causada pela pressão do instrumento escrevente no papel suporte, que amassa as fibras celulósicas que o compõe.

ANÁLISE DAS EXTREMIDADES

PEÇA PADRÃO: CNH fls. 86



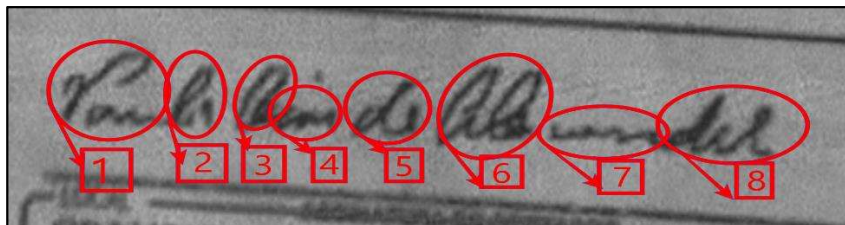
PEÇA QUESTIONADA: Contratos fls. 85

Simbologia—  Ataques  Remates**Objetivo** : Análise dos elementos subjetivos entre grafismo padrão e questionado.**Metodologia** : Digitalização dos espécimes padrão e questionado, recorte e macro ampliação.**Resultado** : **Grafismo Divergente.****Embasamento:** Ao traço inicial é dado o nome de *ataque* e ao traço final é dado o nome de *remate*, estas particularidades gráficas normalmente não são observadas pelo falsário. As modalidades de ataques e remates também são classificadas de *mínimos gráficos*.***Gênese Gráfica—** A gênese gráfica estuda a constituição do grama ou unidade gráfica por intermédio do movimento involuntário do cérebro, valendo dizer que cada punho escritor irá apresentar a sua total individualidade ao lançar o seu grafismo sobre o suporte.

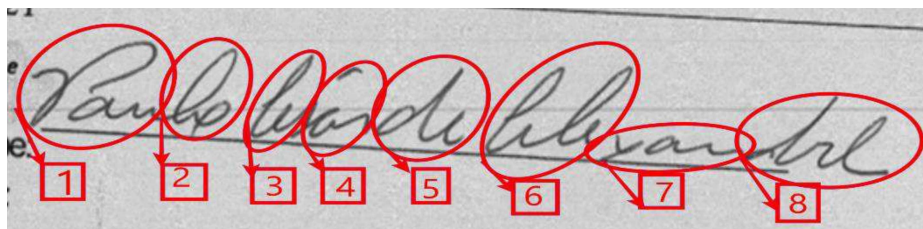
A Grafoscopia a Serviço da Perícia Judicial : a importância do Perito em assinaturas no combate às fraudes. / André Luis Pinheiro Monteiro. Curitiba: Juruá, 2008

ANÁLISE DE GRAFISMO

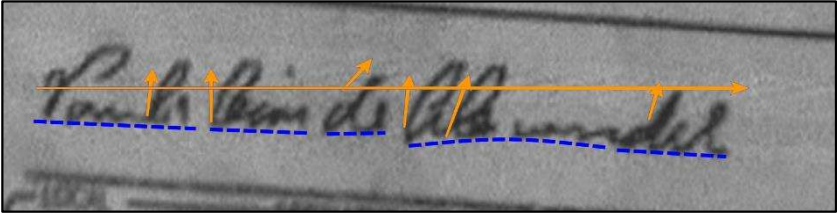
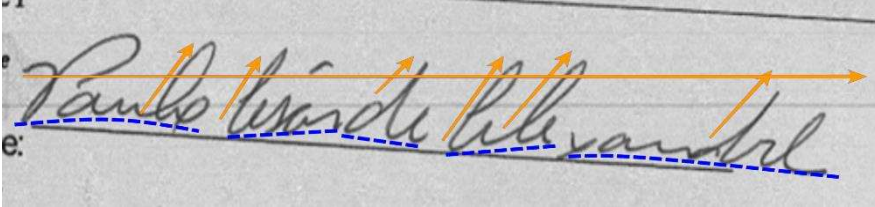
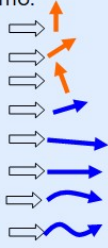
PEÇA PADRÃO: CNH fls. 86



PEÇA QUESTIONADA: Contratos fls. 85



- Método: Captura fotográfica de alta resolução com iluminação alógena polarizada e macro ampliação.
- Finalidade: Cotejo de movimentos grafocineticamente relevantes.
- Resultado: A grafia questionada e a padrão são divergentes.
- Fundamento: O impulso referente ao gesto gráfico é originário do cérebro, produzindo sinais individualizadores, personalíssimos e inconfundíveis:

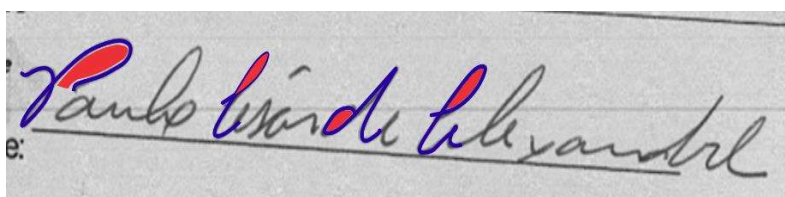
ANÁLISE DA IMAGEM GRAFISMO	
PEÇA PADRÃO: CNH fls.86	
	
PEÇA QUESTIONADA: Contrato fls. 85	
	
<div><div><p>Método : Captura fotográfica de alta resolução com iluminação alógena polarizada</p><p>Finalidade : Análise do alinhamento gráfico e inclinação axial .</p><p>Resultado : Os Grafismos padrão e a questionada são DIVERGENTES.</p><p>Fundamento : O desenvolvimento de uma escrita normalmente ocorre mediante utilização de uma linha de pauta, desta forma, a inclinação de escrita (inclinação axial) e o comportamento de continuidade (alinhamento gráfico) denotam tendência de punho escritor, formador da imagem do grafismo.</p><p>Nomenclatura : Quanto à inclinação axial : Vertical.</p><div><div>Destrógira (para direita).</div><div>Sinistrógira (para esquerda).</div><div>Quanto ao alinhamento : Ascendente (elevada para direita) .</div><div>Descendente (rebaixada para direita).</div><div>Obediente (alinhada à pauta).</div><div>Arqueada (na base dos gramas)</div><div>Sinuosa (os gramas desenvolvem ondulação)</div></div><div></div></div><div><p>Grafismo</p><p>1— Grafia destrógira;</p><p>2— Alinhamento gráfico ascendente.</p></div></div>	

ANÁLISE DA IMAGEM GRAFISMO

PEÇA PADRÃO: CNH fls.86



PEÇA QUESTIONADA: Contratos fls. 85



Método: Captura fotográfica de alta resolução com iluminação alógena polarizada, macro ampliação com alteração cromática e reprodução do traçado com recurso de computação gráfica.

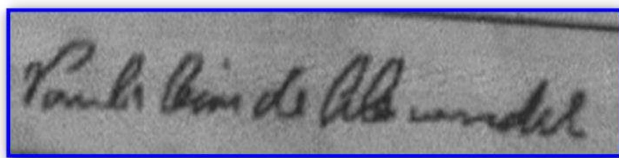
Finalidade: Realce da sequência do grafismo com indicação de movimentos gráfico.

Resultado: A grafia questionada é DIVERGENTE da grafia padrão.

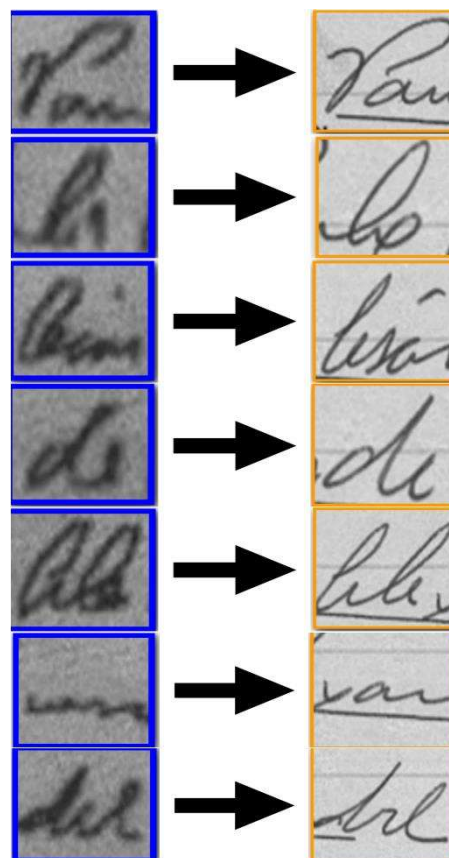
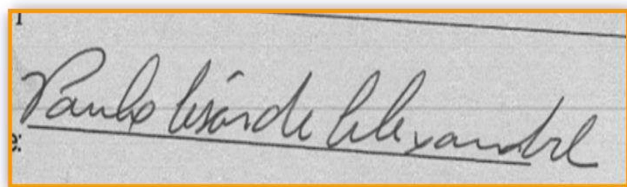
Fundamento : O impulso referente ao gesto gráfico é originário do cérebro, produzindo sinais individualizadores, personalíssimos e inconfundíveis.

ANÁLISE SETORIAL DE GRAFISMO

Assinatura Padrão fls. 86



Assinatura Questionada fls. 85



- Método: Captura fotográfica de alta resolução com iluminação alógena polarizada e macro ampliação.
- Finalidade: Cotejo de movimentos grafocineticamente relevantes.
- Resultado: O grafismo questionado e o grafismo padrão são DIVERGENTES.
- Fundamento: O impulso referente ao gesto gráfico é originário do cérebro, produzindo sinais individualizadores, personalíssimos e inconfundíveis.

EXAMES REALIZADOS

- Análise da Imagem do Grafismo, cujo objetivo foi determinar o comportamento do punho escritor da grafia impugnada em cotejo com as reconhecidas, levado a efeito nas grafias existentes no bojo dos autos.
- Análise de Movimentos Gráficos, cujo objetivo foi o realce da sequência do grafismo com indicação de movimentos gráficos.
- Análise de Extremidades da Grafia, cujo objetivo foi o cotejo de ataques e remates dos gramas das grafias padrões e questionadas.
- Análise setorial de grafia, cujo objetivo foi o cotejo de relevantes movimentos grafocinéticos entre as assinaturas reconhecidamente autênticas com aquelas questionadas, devidamente ilustrada e pormenorizada individualmente.

ELEMENTOS CONSIDERADOS

Genéricos:

- a-)Calibres: são as dimensões dos caracteres.
- b-)Espaçamentos Gráficos: são distâncias analisadas na escrita.
- c-)Comportamentos Gráficos: são as direções e distâncias consideradas da escrita em relação à pauta ou base.
- d-)Proporcionalidade Gráfica: são as relações dimensionais entre diversas partes da escrita.
- e-)Valores Angulares: são as predominâncias de ângulo nas formações gráficas.
- f-)Valores Curvilíneos: são as predominâncias de curvas da escrita.
- g-)Inclinação Axial: é aquela dos eixos gramáticos.

Genéticos:

- a-)Dinâmica : é a relação entre pressão e progressão.
- b-)Pressão: é a força vertical da escrita.
- c-)Progressão: é a força horizontal da escrita.
- d-)Trajetória: é a direção.
- e-)Momento Gráfico: cada um dos traçados contínuos da escrita.
- f-)Ataque: é o traço inicial da escrita.
- g-)Desenvolvimento: é o traçado intermediário da escrita.
- h-)Remate: é o traço final da escrita.
- i-)Mínimo Gráfico: é o modo particular do traçado.

ANÁLISE DESCRITIVA DO GRAFISMO QUESTIONADO COM PADRÕES DE
CONFRONTO.

- 1- Em um primeiro momento, foi realizada análise de comportamento gráfico, levando-se em consideração padrões reconhecidos internacional e cientificamente, os quais concluem que a tendência do punho escritor é individual e inconfundível, e sendo emanada do cérebro, não se altera mesmo diante da necessidade de mudança do membro escritor, como por exemplo, nos casos de perda de um braço.
- 2- Neste item, foram reiteradamente analisadas as inclinações axiais dos gramas² de maior expressão, e consequente angulação média em relação à linha de base, que resulta das curvas dos caracteres expressivos das grafias analisadas, sendo divergentes os resultados obtidos em relação à grafia do Sr. Paulo Cesar de Alexandre.
- 3- Em um segundo momento, foi realizado estudo acerca da proporcionalidade da grafia questionada em cotejo com os padrões, obtida pela comparação do maior caractere da assinatura, que resulta da angulação da inclinação do eixo da escrita em relação à centralização das bordas do papel.
- 4- O resultado do confronto dos itens acima mencionados dá ensejo à apuração da velocidade do traçado, e a habilidade da escrita é obtida pela análise da padronização e proporcionalidade dos caracteres das assinaturas, sendo no conjunto, incongruentes as grafias padrões a questionada explicitadas deste laudo.

² Gesto gráfico sem mudança brusca de sentido.

5- Também foi levada a efeito a indispensável análise de particularidades dos gramas que compõem as grafias, sendo encontrados diversos pontos de divergência grafocinética como os a seguir elencados:

5.1-As grafias submetidas a análise setorial, apresentam ataques³ e remates⁴ divergentes.

5.2-Foram também encontrados gramas⁵ passantes⁶ superiores⁷ e duplo passantes e gramas circulares com fechamentos⁸ em semelhantes quadrantes, todos em total divergência entre o grafismo padrão do Sr. Paulo Cesar de Alexandre.

5.3- Divergem, ainda, inclinação axial, comportamento em relação à pauta, andamento gráfico, velocidade e pressão, movimentos angulares e curvilíneos e mínimos gráficos, além de momentos gráficos e layout.

6- Pela ausência de semelhança formal e gênese divergente, boa velocidade e ausência de trêmulos, as assinaturas impugnadas são tipicamente denominadas de "falsificação sem imitação" sendo excluída a falsificação por imitação exercitada, ou ainda por imitação servil, tendo em vista que as assinaturas questionadas são totalmente divergentes ao grafismos padrão do Sr. Paulo Cesar de Alexandre. Assim como os demais elementos grafocinéticos.

Na doutrina, a falsificação por "imitação sem imitação" é tema de farta explanação:

³ Forma como o punho escritor inicia o grama.

⁴ Traço final de um grama.

⁵ Gesto gráfico sem mudança brusca de sentido.

⁶ Gesto gráfico que ultrapassa linha de base e linha de ápice.

⁷ Acima da linha de ápice.

⁸ Levando-se em consideração os ponteiros de um relógio analógico.

Falsificação sem Imitação:

"A Falsificação sem imitação, é aquela em que o imitador, ao invés de tentar reproduzir a firma modelo, realiza o lançamento sem qualquer critério ou seja de forma livre. Executa, dispensando a presença do modelo".

*Manual de grafoscopia judiciária / José Del Picchia Filho / Celso R.M.Del Picchia – 2. ed. – São Paulo, SP: Livraria e Editora Universitária de Direito Ltda , 1982, pagina 51.

QUESITOS

QUESITOS fl. 374/375 dos autos.

- 1) Comparadas às assinaturas questionadas, pode-se afirmar guardarem elas evidentes diferenças formais?

R: Sim, as assinaturas questionadas apresentam evidentes diferenças formais em comparação com as assinaturas padrões autênticas. Tais diferenças incluem alterações significativas na configuração dos traços, ausência de características individuais, falta de fluidez natural, e inconsistências nos elementos estruturais que compõem a assinatura, indicando tratar-se de falsificação sem imitação.

- 2) Penetrando-se na intimidade dos lançamentos nota-se as divergências entre ataques e remates dos traços?

R: Sim, ao analisar detalhadamente os traços nos lançamentos questionados, nota-se divergências significativas nos ataques e remates. Essas características demonstram uma execução artificial, com traços mecânicos e ausência de continuidade natural. Essa falta de fluidez e espontaneidade confirma que os traços não correspondem às assinaturas autênticas, sendo compatíveis com falsificação sem imitação.

- 3) Pode-se afirmar serem antagônicas as construções morfogenéticas dos manuscritos contraditados?

R: Sim, as construções morfogenéticas dos manuscritos contraditados são antagônicas em relação às assinaturas autênticas. A análise revela discrepâncias na formação estrutural dos traços, nos movimentos gráficos, na pressão exercida e na dinâmica de execução, características que indicam uma origem não genuína e incompatível com a autoria legítima. Essas diferenças reforçam a conclusão de falsificação sem imitação.

4. Pede-se ao Sr. Perito que forneça um quadro das coincidências e das divergências dos EOGs (Elementos de Ordem Geral), quer objetivos, quer subjetivos.

R: Todos os quadros comparativos com suas respectivas explicações estão no

laudo pericial

4) São falsas as assinaturas questionadas?

R: Sim, trata-se de falsificação sem imitação

5) Examinando-se o contrato, pode o Sr. Perito dizer se há linearidade vertical entre as letras encontradas no documento sob análise e, aquelas respeitantes a PAULO CESAR DE ALEXANDRE, sua identidade, CPF e endereço, que aparecem ali?

R: Não há linearidade vertical entre as letras encontradas no documento sob análise e aquelas referentes a Paulo Cesar de Alexandre, sua identidade, CPF e endereço. A análise revelou inconsistências significativas na formação gráfica, na inclinação e no alinhamento dos traços, indicando que esses elementos não foram escritos pela mesma mão. As divergências observadas corroboram a conclusão de que se trata de falsificação sem imitação.

QUEITOS fls. 377/378 dos autos

1. Queira o Sr. Perito Judicial esclarecer se é autêntica a firma (e rubricas) atribuída à parte Requerente no contrato questionado nos autos?

R: Não. Trata-se de falsificação sem imitação.

2. Os comparativos realizados foram efetuados com padrões adequados, contemporâneos, em quantidade suficiente para uma assertiva segura? Justificar.

R: Os comparativos foram realizados com padrões adequados, contemporâneos e em quantidade suficiente para uma assertiva segura. Utilizei uma variedade de amostras de escrita do Sr. Paulo Cesar de Alexandre, incluindo documentos pessoais oficiais e outros documentos fidedignos

3. Foi coletado material gráfico do periciando? Em caso negativo, por qual motivo?

R: O material gráfico do periciando não foi coletado presencialmente, pois os documentos apresentados nos autos do processo foram considerados suficientes para a análise pericial, permitindo a conclusão técnica necessária..

4. Foram levados em consideração os padrões da parte autora em data anterior à determinação da perícia, como documentos pessoais e outros documentos/contratos fidedignos?

R: Sim, os documentos utilizados para a análise foram aqueles apresentados nos autos do processo. Esses documentos foram considerados suficientes para realizar uma análise minuciosa e precisa, permitindo a comparação detalhada com os padrões gráficos e a obtenção de uma conclusão técnica fundamentada..

5. Foram utilizados padrões contemporâneos, isto é datado de no máximo 3 anos anteriores ou posteriores ao do documento questionado?

R: Sim, padrões contemporâneos foram utilizados, datados de até 3 anos anteriores ou posteriores ao documento questionado.

6. Foram observadas as variações naturais da escrita do periciando? Existe algum indício de patologia ou outra condição modificadora do grafismo que transpareça na firma inquinada?

R: : Sim, foram observadas as variações naturais da escrita do periciando. Não foram identificados indícios de patologia ou condições modificadoras do grafismo que pudessem influenciar na análise.

7. O laudo contém demonstrativos ilustrados por macrofotos, onde encontram-se assinaladas as convergências ou divergências entre questionada e padrões?

R: Sim, o laudo contém demonstrativos ilustrados por macrofotos, onde são destacadas as convergências e divergências entre a assinatura questionada e os padrões de referência. Essas macrofotos são essenciais para uma análise detalhada e objetiva, permitindo uma comparação precisa entre os elementos gráficos das assinaturas. As convergências e divergências são identificadas e descritas de forma clara e fundamentada, contribuindo para uma conclusão embasada sobre a autenticidade da assinatura em questão.

8. Em caso de conclusão de falsidade da firma questionada: descrever os elementos técnicos que levaram a tal conclusão.

R: Os elementos técnicos que levaram a tal conclusão incluem a presença de características inconsistentes com a escrita natural do autor, como irregularidades no traçado e falta de fluidez.

9. Caso a firma inquinada seja considerada falsa, pergunta-se:

a) A assinatura foi produzida com imitação? Em caso positivo: exercitada ou lenta?

R: A assinatura questionada não foi produzida com imitação. A análise técnica revelou tratar-se de uma falsificação sem imitação, caracterizada pela ausência de tentativa de replicar os traços e características individuais das assinaturas padrões.

b) Pode-se dizer que a assinatura questionada se assemelha na forma externa aos padrões?

R: Não, a assinatura questionada não apresenta semelhança na forma externa com os padrões autênticos. Foram identificadas diferenças significativas na configuração dos traços, na dinâmica gráfica e na morfologia geral, características que confirmam sua falsidade.

10. Diante da experiência e formação do Sr. Perito, acredita-se que seria possível uma pessoa leiga, sem formação técnica desconfiar que se trata de uma imitação?

R: Não, uma pessoa leiga, sem formação técnica, não possui capacidade suficiente para discernir uma falsificação de maneira precisa. A identificação de falsificações, exige conhecimento técnico específico e análise minuciosa de elementos gráficos, como fluidez, pressão, ritmo e morfologia dos traços, que não são perceptíveis a olho nu ou por alguém sem treinamento especializado.

11. Na opinião técnica do Sr. Perito a falsificação pode ser considerada "grosseira" ou de fácil percepção?

R: A análise revelou inconsistências evidentes, como ausência de fluidez, traços mecânicos e falta de características individuais, que indicam uma execução desprovida de habilidade ou cuidado técnico. Embora esses elementos sejam perceptíveis a um perito, eles podem não ser facilmente identificados por uma pessoa leiga, devido à necessidade de conhecimentos especializados para uma avaliação precisa.

12. Queira o Sr. Perito Judicial tecer outros comentários que entender pertinentes ou necessários para o deslinde da questão.

R: Todos os comentários e análises necessários para o pleno entendimento da questão foram apresentados no laudo pericial. Ressalto que a conclusão baseia-se em uma avaliação técnica minuciosa, utilizando métodos reconhecidos na área da grafoscopia, e reafirmo que a assinatura questionada trata-se de uma falsificação sem imitação

13. Informe o Expert, ao comparar as assinaturas/rubrica ora questionadas, qual o grau de semelhança entre elas?

R: Ao comparar as assinaturas e rubricas questionadas, observa-se um baixo grau de semelhança com os padrões autênticos. As discrepâncias são significativas e abrangem tanto a forma externa quanto elementos internos, como fluidez, pressão, alinhamento e proporção dos traços. Esses aspectos reforçam a conclusão de que se trata de uma falsificação sem imitação.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

1. O grafismo é individual e inconfundível. A primeira lei de escrita (Leis de Solange Pellat) preconiza que o gesto gráfico está sob a influência imediata do cérebro.
2. Pela segunda lei, quando se escreve, o "eu" está em ação, mas o sentimento quase inconsciente de que o "eu" age, passa por alternativas contínuas de intensidade e de enfraquecimento.
3. Pela terceira lei, resta indiscutível que não se pode modificar voluntariamente, em um dado momento, sua escrita natural, senão introduzindo no seu traçado a própria marca do esforço que foi feito para obter a modificação.
4. Quando a escrita atinge seu amadurecimento natural, nela são introduzidos aspectos personalíssimos que não são padronizados pela doutrina, contudo são extremamente valiosos na apuração da autenticidade.
5. O resultado mais importante do exame pericial consiste em precisar as características especiais, as quais apresentam vital importância pela sua excepcionalidade.
6. Características especiais, na identificação de uma escrita, *equiparam-se à certeza traduzida pelo exame das impressões digitais de uma pessoa*, ou seja, não são voluntárias e não podem ser modificadas voluntariamente.
7. A autenticidade não pode ser embasada na semelhança ou

não dos elementos gerais da escrita e sim na coincidência da gênese gráfica, o que não se faz presente no caso em tela.

CONCLUSÃO

Considerando a exaustiva análise de toda a documentação objeto da perícia, já explicitado;

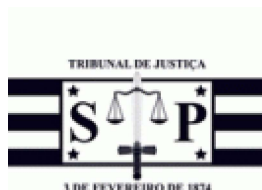
Considerando, que o grafismo apostado no documento questionado não corresponde aos padrões de grafia reconhecidamente de autoria do Sr. Paulo Cesar de Alexandre em nenhum dos elementos relevantes, como forma, tamanho, proporção, regularidade, inclinação, alinhamento, ligação, angulação, ataques, remates, pressão e velocidade, resta concluído que:

A ASSINATURA APOSTA NO DOCUMENTOS
QUESTIONADO É FALSA/ FRASIFICAÇÃO SEM IMITAÇÃO

Era o que havia a expor.

Este laudo segue digitalizado e assinado nesta. Contêm fotos digitais de alta resolução, imagens digitalizadas, reduzidas, ampliadas, recortadas e coladas, de íntegra fidelidade em relação às originais, individualmente identificadas.

Eng. Aleksandro de Carvalho
Perito Judicial Documentoscópico

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE CRAVINHOS****FORO DE CRAVINHOS****1ª VARA****Avenida Fagundes, 29, ., Centro - CEP 14140-000, Fone: (16) 3951-2628,
Cravinhos-SP - E-mail: cravinhos@tjsp.jus.br****Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min****CERTIDÃO**

Processo Digital nº: **1001633-89.2022.8.26.0153**
Classe – Assunto: **Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Paulo Cesar de Alexandre**
Requerido: **Banco C6 Consignado S/A**

Prioridade Idoso
Tramitação prioritária
Justiça Gratuita

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, honorários periciais pagos em fls 498. Nada Mais.
Cravinhos, 15 de abril de 2025. Eu, ____, Wilson Fernando Pomini,
Escrevente Técnico Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CRAVINHOS
FORO DE CRAVINHOS
1ª VARA
AVENIDA FAGUNDES, 29, Cravinhos - SP - CEP 14140-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001633-89.2022.8.26.0153**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Paulo Cesar de Alexandre**
 Requerido: **Banco C6 Consignado S/A**

Prioridade Idoso
 Tramitação prioritária
 Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **LUANA IVETTE ODDONE CHAHIM ZULIANI**

Vistos.

PAULO CESAR DE ALEXANDRE propôs a presente ação declaratória de inexistência de negócio jurídico c/c repetição de indébito c/c indenização por danos morais e tutela de urgência antecipada em face de **BANCO C6 CONSIGNADO S/A**. Relatou, em breve síntese, que constatou a existência de diversos descontos mensais em seu benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez. Contudo, informou que jamais celebrou contrato de empréstimo com a instituição financeira requerida, muito menos autorizou, a qualquer título, algum tipo de desconto automático em seu benefício previdenciário. Em razão do alegado, ingressou com a presente demanda requerendo a declaração de inexistência de negócio jurídico, bem como a repetição em dobro dos valores descontados e danos morais (fls. 01/17). Inicial veio instruída com procuração e documentos às fls. 18/35.

Decisão de fls. 37, concedendo os benefícios da justiça gratuita e deferindo a prioridade na tramitação e tutela antecipada.

Citada, a parte requerida apresentou contestação (fls.52/81). argumentou pela improcedência da presente demanda, oportunidade em que colacionou sobre a regularidade da contratação e rechaçou os pedidos elencados pela parte autora. Juntou procuração e documentos de fls. 882/180.

Réplica às fls. 184/188.

Despacho de fls.196 determinando a expedição de ofício à agência local do Banco Bradesco (442) indagando se foram depositadas na conta nº 00227404 as importâncias de R\$ 4.094,29, em 17.02.2021, cujo cumprimento ocorreu às fls. 204, manifestando-se as parte ré às fls.208.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CRAVINHOS
FORO DE CRAVINHOS
1ª VARA
AVENIDA FAGUNDES, 29, Cravinhos - SP - CEP 14140-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Sentença de improcedência às fls. 211/214. Recurso de apelação às fls. 2174/229; contrarrazões às fls. 233/244. Acórdão de fls. 362/365, anulando a referida sentença.

Decisão de fls. 370/371, deferindo a produção de prova pericial.

Laudo Pericial encartado às fls. 459/482, seguido de manifestação das partes às fls. 485/487 e 491/497.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A ação é procedentes, senão vejamos.

Inicialmente, consigno que não restam dúvidas de que a relação jurídica entre as partes, cuja validade foi posta sob exame, é do tipo consumerista, pois verificada a hipótese prevista pelos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Depois, incontroverso os descontos realizados no benefício previdenciário da parte autora, o que se verifica pelos extratos trazidos com a inicial (fls. 21/33), cingindo-se a controvérsia à análise da expressa autorização atinente ao controvertido desconto, sem prejuízo da análise da ocorrência dos demais danos.

Nesse aspecto, o requerente nega categoricamente que tenha solicitado ou autorizado qualquer serviço da parte requerida. Por outro lado, a ré apresenta contrato devidamente assinado, pelo qual parte autora contesta a assinatura (fls. 82/86).

Destarte, articulando o autor fato negativo (ausência de autorização/contratação), o ônus da prova do fato positivo (regularidade da contratação) recai única e exclusivamente a ré.

Como cediço, em ações declaratórias negativas, em que a parte autora nega a contratação de serviço cobrado ou alega indevida inscrição de débito em cadastro de inadimplente, por não reconhecimento da existência da dívida, em razão de contrato celebrado entre ele e a parte ré, incumbe a essa provar a existência e a origem do débito, cuja exigibilidade é impugnada pelo requerente, ou seja, do fato constitutivo da dívida por ela cobrada, por envolver fato negativo (art. 373, II do CPC/2015), sendo difícil a produção de tal prova pela parte autora.

Além disso, pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CRAVINHOS
FORO DE CRAVINHOS
1ª VARA
AVENIDA FAGUNDES, 29, Cravinhos - SP - CEP 14140-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

n. 1.846.649/MA, processo-paradigma do **Tema n. 1061 – Banco – Empréstimo – Consignado – Ônus – Prova – Falsidade – Assinatura**, fixou-se a seguinte tese: "*Na hipótese em que o consumidor/autor impugnar a autenticidade da assinatura constante em contrato bancário juntado ao processo pela instituição financeira, caberá a esta o ônus de provar a autenticidade (CPC, arts. 6º, 369 e 429, II) "*".

Residindo nesse ponto a controvérsia, realizou-se prova técnica nos autos.

O trabalho leva à procedência do pedido de declaração de inexistência da relação jurídica, já que revelou que a assinatura posta nos contratos apresentados pelo requerido não partiram do autor.

Às fls.474 129 e 342 o profissional destacou que “*“A Falsificação sem imitação, é aquela em que o imitador, ao invés de tentar reproduzir a firma modelo, realiza o lançamento sem qualquer critério ou seja de forma livre. Executa, dispensando a presença do modelo”*”.

Desta forma, não ratificada a efetiva autorização para os descontos incidentes sobre o seu benefício, mediante autorização expressa e ciência inequívoca dos termos e condições do que estava supostamente anuindo, não há que se falar em contraprestação com o respectivo empréstimo.

Neste caminho, indevidos os descontos realizados, devendo tal importe ser restituído.

A restituição não pode ser em outra forma senão em **dobro**, diante da falta de comprovação da existência de relação jurídica entre as partes e os devidos indevidos realizados, consoante o disposto no artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor: “*O consumidor cobrado em quantia indevida tem o direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável*”.

Segue-se, aqui, a tese esposada pela Corte Especial do STJ, assim redigida:

“A restituição em dobro do indébito (parágrafo único do artigo 42 do CDC) independe da natureza do elemento volitivo do fornecedor que realizou a cobrança indevida, revelando-se cabível quando a referida cobrança consubstanciar conduta contrária à boa-fé objetiva. (EAREsp 676.608/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/10/2020, DJe


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CRAVINHOS
FORO DE CRAVINHOS
1ª VARA
AVENIDA FAGUNDES, 29, Cravinhos - SP - CEP 14140-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

30/03/2021).

Há violação da boa-fé objetiva por parte da instituição financeira. Casos como o presente, como já dito, são extremamente frequentes no Poder Judiciário. Não se trata de fraude isolada, mas sim generalizada. A instituição financeira, ao não tomar qualquer providência para evitar a generalização das fraudes, viola o padrão ético de conduta esperado de quem oferece contratos no mercado de consumo, de adotar providências mínimas para atender à higidez da contratação.

Por fim, com relação ao pedido de dano moral, tenho que a procedência parcial deve prevalecer.

Na espécie, os descontos indevidos em benefício previdenciário que possui verba de natureza alimentar é suficiente para justificar a reparação dos danos morais, afastada a hipótese de mero aborrecimento, tendo em vista que restou evidente a perda do poder aquisitivo da parte autora, que teve seus ganhos mensais já diminutos suprimidos, colocando em risco a subsistência e adimplência do autor.

Com efeito, embora a lei não estabeleça os parâmetros para fixação da reparação dos danos morais, impõe-se observar critérios de razoabilidade e da proporcionalidade, de modo a arbitrá-lo de forma moderada, sem que seja irrisório a ponto de não desestimular o ofensor, e nem que seja excessivo a ponto de configurar instrumento de enriquecimento sem causa (STJ, 1ª Turma, REsp 785.835-DF, Rel. Min. Luiz Fux, unânime, j. 13.03.07).

Assim, levando-se em consideração as peculiaridades do caso concreto, sobretudo o poder econômico das partes, **o valor dos descontos indevidos em verba de natureza alimentar**, considera-se razoável a manutenção do valor reparatório fixado em R\$ 3.000,00 (três mil reais), pois suficiente para amenizar os danos morais sofridos e desestimular a reiteração de condutas análogas por parte da associação no caso dos autos.

Eventuais valores creditados indevidamente na conta do autor deverão ser devolvidos, sob pena de enriquecimento sem causa, podendo o requerido proceder à compensação entre os valores decorrentes da presente condenação e o valor indevidamente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CRAVINHOS
FORO DE CRAVINHOS
1ª VARA
AVENIDA FAGUNDES, 29, Cravinhos - SP - CEP 14140-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

creditado.

Ante o exposto, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, julgo **PROCEDENTES** os pedidos iniciais para:

a. **DECLARAR inexistente o contrato objeto dos autos e, por consequência**, inexigível os descontos realizados pela ré no benefício previdenciário do autor, suspendendo qualquer desconto no benefício da parte requerente relacionado à requerida supra;

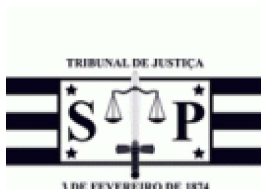
b) **CONDENAR** a ré à repetição do indébito por valor igual ao dobro do que foram descontados do benefício previdenciário da autora, corrigido monetariamente conforme IPCA ou do índice que vier a substituí-lo [CC, art. 389, parágrafo único, com redação dada pela Lei nº 14.905 de 28 de junho de 2024] a partir do desembolso, e ainda, com incidência de juros de mora mês a mês que serão calculados à razão da taxa referencial conforme Selic, deduzido o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo [IPCA] - [art. 406, § 1º, do Código Civil], a partir da citação.

c) **CONDENAR** a ré a pagar à parte autora no valor de R\$3.000,00 (três mil reais), a título de danos morais, corrigido monetariamente conforme IPCA ou do índice que vier a substituí-lo [CC, art. 389, parágrafo único, com redação dada pela Lei nº 14.905 de 28 de junho de 2024] desde o arbitramento e ainda, com incidência de juros de mora mês a mês que serão calculados à razão da taxa referencial conforme Selic, deduzido o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo [IPCA] - [art. 406, § 1º, do Código Civil], a partir do evento danoso, podendo o requerido proceder à compensação entre os valores decorrentes da presente condenação e o valor indevidamente creditado.

Em virtude da sucumbência, condeno a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios que fixo em 10% da condenação, nos termos do art. 85 do Código de Processo Civil.

Após o transito, archive-se.

Publique e intime-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CRAVINHOS
FORO DE CRAVINHOS
1ª VARA
AVENIDA FAGUNDES, 29, Cravinhos - SP - CEP 14140-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Cravinhos, 29 de abril de 2025.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**